

# SUMÁRIO

## Parte I

### TEORIA GERAL DO DIREITO

1. DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	1
1.1. Conceito de Direito Penal .....	1
1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito .....	2
1.3. Nomenclatura .....	2
1.4. Características do Direito Penal .....	3
1.5. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito .....	4
1.5.1. Com o Direito Processual Penal .....	4
1.5.2. Com o Direito Constitucional .....	5
1.5.3. Com o Direito Administrativo .....	5
1.5.4. Com o Direito Civil .....	6
1.5.5. Com o Direito Internacional .....	7
1.6. Funções do Direito Penal .....	7
1.6.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos .....	8
1.6.2. Direito Penal como instrumento de controle social .....	8
1.6.3. Direito Penal como garantia .....	9
1.6.4. Função ético-social do Direito Penal .....	9
1.6.5. Função simbólica do Direito Penal .....	9
1.6.6. Função motivadora do Direito Penal .....	10
1.6.7. Função de redução da violência estatal .....	10
1.6.8. Função promocional do Direito Penal .....	11
1.7. A ciência do Direito Penal .....	11
1.7.1. Introdução .....	11

1.7.2. Dogmática penal .....	11
1.7.3. Política criminal .....	12
1.7.4. Criminologia .....	13
1.8. Divisões do Direito Penal .....	13
1.8.1. Direito Penal fundamental .....	13
1.8.2. Direito Penal complementar .....	14
1.8.3. Direito Penal comum .....	14
1.8.4. Direito Penal especial .....	14
1.8.5. Direito Penal geral .....	15
1.8.6. Direito Penal local .....	15
1.8.7. Direito Penal objetivo .....	15
1.8.8. Direito Penal subjetivo .....	15
1.8.9. Direito Penal material .....	15
1.8.10. Direito Penal formal .....	15
1.9. Fontes do Direito Penal .....	16
1.9.1. Introdução .....	16
1.9.2. Materiais, substanciais ou de produção .....	16
1.9.3. Formais, cognitivas ou de conhecimento .....	16
1.9.3.1. Fontes formais mediatas .....	17
1.10. Questões .....	19
Gabarito .....	19
<b>2. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>21</b>
2.1. Conceito .....	21
2.2. Princípios em espécie .....	22
2.2.1. Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade .....	22
2.2.2. Princípio da anterioridade .....	24
2.2.3. Princípio da insignificância ou criminalidade de bagatela ....	25
2.2.4. Princípio da individualização da pena .....	30
2.2.5. Princípio da alteridade .....	30
2.2.6. Princípio da confiança .....	31
2.2.7. Princípio da adequação social .....	32
2.2.8. Princípio da intervenção mínima .....	32
2.2.9. Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal .....	33
2.2.10. Princípio da subsidiariedade .....	35
2.2.11. Princípio da proporcionalidade .....	36
2.2.12. Princípio da humanidade .....	36
2.2.13. Princípio da ofensividade ou da lesividade .....	37

2.2.14. Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico .....	37
2.2.15. Princípio da imputação pessoal .....	38
2.2.16. Princípio da responsabilidade pelo fato .....	38
2.2.17. Princípio da personalidade ou da intranscendência .....	39
2.2.18. Princípio da responsabilidade penal subjetiva .....	39
2.2.19. Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	40
2.2.20. Princípio da isonomia .....	41
2.3. Questões .....	42
Gabarito .....	44
3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL .....	45
3.1. O Direito Penal dos povos primitivos .....	45
3.1.1. Introdução .....	45
3.1.2. Vingança divina .....	46
3.1.3. Vingança privada .....	47
3.1.4. Vingança pública .....	49
3.2. Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano .....	49
3.2.1. Direito Penal grego .....	49
3.2.2. Direito Penal romano .....	50
3.3. Idade Média .....	52
3.3.1. Direito Penal germânico .....	52
3.3.2. Direito Penal canônico .....	53
3.4. Idade Moderna .....	55
3.4.1. Período humanitário – O pensamento de Beccaria .....	55
4. A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....	57
4.1. Período Colonial .....	57
4.2. Código Criminal do Império .....	59
4.3. Período Republicano .....	59
5. ESCOLAS PENAIIS .....	61
5.1. Escola Clássica .....	61
5.2. Escola Positiva .....	62
5.3. Correcionalismo Penal .....	64
5.4. Tecnicismo Jurídico-Penal .....	66
5.5. A defesa social .....	68
5.6. Questão .....	70
Gabarito .....	70

6.	A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL .....	71
6.1.	Positivismo jurídico .....	71
6.2.	Neokantismo penal .....	72
6.3.	Garantismo penal .....	73
6.4.	Funcionalismo penal .....	74
6.4.1.	Posição de Claus Roxin .....	75
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs .....	77
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna .....	78
6.5.1.	Introdução .....	78
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção .....	80
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal .....	84
6.5.4.	Direito Penal do inimigo .....	86
6.5.4.1.	Noções preliminares .....	86
6.5.4.2.	Conceito de inimigo .....	86
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo .....	88
6.5.5.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade .....	91
6.6.	Questões .....	93
	Gabarito .....	93
7.	LEI PENAL .....	95
7.1.	Introdução .....	95
7.2.	Classificação .....	96
7.3.	Características da lei penal .....	97
7.4.	Lei penal em branco .....	98
7.5.	Interpretação da lei penal .....	99
7.5.1.	Introdução .....	99
7.5.2.	Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária .....	100
7.5.3.	Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica .....	100
7.5.4.	Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva .....	101
7.5.5.	Interpretação progressiva .....	102
7.5.6.	Interpretação analógica .....	102
7.6.	Analogia .....	102
7.6.1.	Introdução .....	102
7.6.2.	Espécies .....	103
7.7.	Lei penal no tempo .....	104

7.7.1.	Introdução .....	104
7.7.2.	Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo .....	105
7.7.2.1.	<i>Novatio legis</i> incriminadora .....	106
7.7.2.2.	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i> .....	107
7.7.2.3.	<i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica .....	107
7.7.2.4.	Combinação de leis penais ( <i>lex tertia</i> ) .....	111
7.7.2.5.	Lei penal intermediária .....	112
7.7.3.	Lei penal temporária e lei penal excepcional .....	113
7.7.4.	As leis penais em branco e conflito de leis no tempo .....	115
7.8.	Conflito aparente de leis penais .....	117
7.8.1.	Conceito .....	117
7.8.2.	Requisitos .....	118
7.8.3.	Localização no Direito Penal .....	118
7.8.4.	Finalidade .....	118
7.8.5.	Diferença com o concurso de crimes .....	119
7.8.6.	Diferença com o conflito de leis penais no tempo .....	120
7.8.7.	Princípios para solução do conflito .....	120
7.8.7.1.	Princípio da especialidade .....	120
7.8.7.2.	Princípio da subsidiariedade .....	124
7.8.7.3.	Princípio da consunção ou da absorção .....	126
7.8.8.	Ausência de previsão legal .....	136
7.9.	Tempo do crime .....	136
7.10.	Lei penal no espaço .....	138
7.10.1.	Introdução .....	138
7.10.2.	Princípio da territorialidade .....	139
7.10.2.1.	Conceito de território .....	139
7.10.2.2.	Território brasileiro por extensão .....	140
7.10.3.	Outros princípios .....	140
7.10.3.1.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade ...	141
7.10.3.2.	Princípio do domicílio .....	141
7.10.3.3.	Princípio da defesa, real ou da proteção .....	142
7.10.3.4.	Princípio da justiça universal .....	142
7.10.3.5.	Princípio da representação .....	142
7.11.	Lugar do crime .....	143
7.11.1.	Não-aplicação da teoria da ubiqüidade em outras hipóteses .....	144
7.12.	Extraterritorialidade .....	145
7.12.1.	Introdução .....	145
7.12.2.	Extraterritorialidade incondicionada .....	146

7.12.2.1. Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i> ...	146
7.12.2.2. Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura .....	147
7.12.3. Extraterritorialidade condicionada .....	147
7.13. Lei penal em relação às pessoas .....	148
7.13.1. Introdução .....	148
7.13.2. Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros .....	149
7.13.3. Imunidades parlamentares .....	150
7.13.3.1. Alocação .....	150
7.13.3.2. Introdução .....	151
7.13.3.3. Conceito e finalidade .....	151
7.13.3.4. Imunidade material ou inviolabilidade .....	152
7.13.3.5. Imunidade formal .....	153
7.13.3.6. Pessoas abrangidas pela imunidade .....	157
7.13.3.7. Suspensão e renúncia da imunidade .....	157
7.13.3.8. Imunidades e estado de sítio .....	158
7.14. Disposições finais acerca da aplicação da lei penal .....	159
7.14.1. Introdução .....	159
7.14.2. Eficácia da sentença estrangeira .....	160
7.14.3. Contagem de prazo .....	161
7.14.4. Frações não-computáveis da pena .....	163
7.14.5. Legislação especial .....	164
7.15. Questões .....	165
Gabarito .....	173

## Parte II

### TEORIA GERAL DO CRIME

8. CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	175
8.1. Conceito de crime .....	175
8.1.1. Critério material ou substancial .....	176
8.1.2. Critério legal .....	176
8.1.2.1. Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas .....	178
8.1.3. Critério analítico .....	180
8.1.4. Critério adotado pelo Código Penal .....	182
8.2. Ilícito penal e outros ilícitos .....	184



8.3. Sujeitos do crime .....	184
8.3.1. Sujeito ativo .....	184
8.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes .....	185
8.3.2. Sujeito passivo .....	189
8.4. Objeto do crime .....	190
8.5. Questões .....	191
Gabarito .....	193
9. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES .....	195
9.1. Introdução .....	195
9.1.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria .....	195
9.1.2. Crimes simples e complexos .....	196
9.1.3. Crimes materiais, formais e de mera conduta .....	196
9.1.4. Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo .....	198
9.1.5. Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos .....	199
9.1.6. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva .....	199
9.1.7. Crimes de dano e de perigo .....	200
9.1.8. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	201
9.1.9. Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista .....	201
9.1.10. Crimes de forma livre e de forma vinculada .....	204
9.1.11. Crimes monoofensivos e pluriofensivos .....	204
9.1.12. Crimes principais e acessórios .....	204
9.1.13. Crimes transeuntes e não-transeuntes .....	204
9.1.14. Crimes a distância, plurilocais e em trânsito .....	205
9.1.15. Crimes independentes e conexos .....	205
9.1.16. Crimes condicionados e incondicionados .....	206
9.1.17. Outras classificações .....	206
9.1.17.1. Crime gratuito .....	206
9.1.17.2. Crime de ímpeto .....	207
9.1.17.3. Crime exaurido .....	207
9.1.17.4. Crime de circulação .....	207
9.1.17.5. Crime de atentado ou de empreendimento .....	207
9.1.17.6. Crime de opinião ou de palavra .....	208
9.1.17.7. Crime multitudinário .....	208
9.1.17.8. Crime vago .....	208
9.1.17.9. Crime internacional .....	208

9.1.17.10. Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição .....	208
9.1.17.11. Crime inominado .....	209
9.1.17.12. Crime habitual .....	209
9.1.17.13. Crime profissional .....	209
9.1.17.14. Quase-crime .....	209
9.1.17.15. Crime subsidiário .....	209
9.1.17.16. Crime hediondo .....	209
9.1.17.17. Crime de expressão .....	210
9.1.17.18. Crime de intenção .....	210
9.1.17.19. Crime de tendência ou de atitude pessoal .....	210
9.1.17.20. Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos .....	210
9.1.17.21. Crime de ação violenta .....	211
9.1.17.22. Crime de ação astuciosa .....	211
9.1.17.23. Crime falho .....	211
9.1.17.24. Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto .....	211
9.1.17.25. Crime remetido .....	211
9.1.17.26. Crime exaurido .....	211
9.1.17.27. Crimes de responsabilidade .....	212
9.1.17.28. Crime obstáculo .....	212
9.1.17.29. Crime progressivo .....	212
9.1.17.30. Progressão criminosa .....	212
9.1.17.31. Crimes de impressão .....	213
9.1.17.32. Crimes militares .....	213
9.1.17.33. Crimes falimentares .....	214
9.1.17.34. Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i> .....	214
9.2 Questões .....	214
Gabarito .....	218
10. FATO TÍPICO .....	219
10.1. Introdução .....	219
10.2. Conduta .....	221
10.2.1. Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal .....	221
10.2.2. Teoria final ou finalista .....	223
10.2.3. Teoria cibernética .....	225
10.2.4. Teoria social .....	226
10.2.5. Teoria jurídico-penal .....	227

10.2.6. Apontamentos gerais sobre a conduta .....	227
10.2.7. Formas de conduta .....	228
10.2.8. Teorias acerca da omissão .....	229
10.2.9. Caracteres da conduta .....	229
10.2.10. Exclusão da conduta .....	230
10.3. Resultado .....	232
10.3.1. Conceito .....	232
10.3.2. Denominação .....	232
10.3.3. Espécies .....	232
10.4. Relação de causalidade ou nexos causal .....	233
10.4.1. Denominação .....	233
10.4.2. Dispositivo legal .....	233
10.4.3. Conceito .....	234
10.4.4. Âmbito de aplicação .....	234
10.4.5. Teorias .....	234
10.4.5.1. Teorias adotadas pelo Código Penal .....	235
10.4.6. Concausas .....	237
10.4.6.1. Introdução .....	237
10.4.6.2. Causas dependentes e independentes .....	237
10.4.7. Relevância da omissão .....	243
10.4.7.1. Conceito e alcance .....	243
10.4.7.2. Teoria adotada .....	244
10.4.7.3. Dever de agir: critérios existentes para sua definição .....	244
10.4.7.4. Poder de agir .....	245
10.4.7.5. Hipóteses de dever de agir .....	246
10.4.8. A questão da dupla causalidade .....	248
10.4.9. Teoria da imputação objetiva .....	248
10.4.9.1. Evolução histórica .....	248
10.4.9.2. Introdução .....	249
10.4.9.3. Conceito e análise dos pressupostos .....	251
10.4.9.4. A imputação objetiva para Jakobs e Roxin .....	256
10.4.9.5. Conclusões .....	257
10.5. Tipicidade .....	258
10.5.1. Conceito .....	258
10.5.2. Evolução doutrinária .....	258
10.5.3. Teoria dos elementos negativos do tipo .....	260
10.5.4. Teoria da tipicidade conglobante .....	261
10.5.5. Adequação típica: conceito e espécies .....	262

10.6	Questões .....	263
	Gabarito .....	268
11.	TEORIA DO TIPO .....	269
11.1.	Conceito .....	269
11.2.	Espécies .....	269
11.3.	Tipo legal .....	270
11.4.	Funções do tipo legal .....	270
11.4.1.	Função de garantia .....	270
11.4.2.	Função fundamentadora .....	271
11.4.3.	Função indiciária da ilicitude .....	271
11.4.4.	Função diferenciadora do erro .....	272
11.4.5.	Função seletiva .....	272
11.5.	Estrutura do tipo legal .....	272
11.5.1.	Elementos modais .....	275
11.6.	Classificação doutrinária do tipo legal .....	275
11.6.1.	Tipo normal e tipo anormal .....	275
11.6.2.	Tipo fundamental e tipo derivado .....	276
11.6.3.	Tipo fechado e tipo aberto .....	276
11.6.4.	Tipo de autor e tipo de fato .....	277
11.6.5.	Tipo simples e tipo misto .....	277
11.6.6.	Tipo congruente e tipo incongruente .....	277
11.6.7.	Tipo complexo .....	278
11.7	Questões .....	278
	Gabarito .....	280
12.	CRIME DOLOSO .....	281
12.1.	Introdução .....	281
12.2.	Teorias do dolo .....	281
12.2.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal .....	282
12.3.	Elementos do dolo .....	282
12.4.	Dolo natural e dolo normativo .....	283
12.5.	Espécies de dolo .....	284
12.5.1.	Dolo direto e dolo indireto .....	284
12.5.1.1.	Dolo eventual e os crimes de trânsito .....	286
12.5.2.	<i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i> .....	287
12.5.3.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino) .....	288
12.5.4.	Dolo genérico e dolo específico .....	288

12.5.5. Dolo presumido .....	288
12.5.6. Dolo de dano e dolo de perigo .....	289
12.5.7. Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau .....	289
12.5.8. Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i> .....	289
12.5.9. Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente .....	290
12.6. O dolo nas contravenções penais .....	291
12.7. Questões .....	292
Gabarito .....	293
<b>13. CRIME CULPOSO .....</b>	<b>295</b>
13.1. Introdução .....	295
13.2. Fundamento da punibilidade da culpa .....	296
13.3. Conceito de crime culposo .....	297
13.4. Elementos do crime culposo .....	298
13.4.1. Conduta voluntária .....	298
13.4.2. Violação do dever objetivo de cuidado .....	299
13.4.2.1. Apontamentos gerais .....	299
13.4.2.2. Modalidades de culpa .....	299
13.4.3. Resultado naturalístico involuntário .....	301
13.4.4. Nexo causal .....	302
13.4.5. Tipicidade .....	302
13.4.6. Previsibilidade objetiva .....	303
13.4.7. Ausência de previsão .....	305
13.5. Espécies de culpa .....	305
13.5.1. Culpa inconsciente e culpa consciente .....	305
13.5.2. Culpa própria e culpa imprópria .....	306
13.5.3. Culpa mediata ou indireta .....	308
13.5.4. Culpa presumida .....	308
13.6. Graus de culpa .....	309
13.7. Compensação de culpas .....	310
13.8. Concorrência de culpas .....	310
13.9. Caráter excepcional do crime culposo .....	311
13.10. Exclusão da culpa .....	312
13.11. Questões .....	313
Gabarito .....	313
<b>14. CRIME PRETERDOLOSO .....</b>	<b>315</b>
14.1. Conceito .....	315

14.2.	Relação entre dolo e culpa .....	316
14.3.	<i>Versari in re illicita</i> .....	316
14.4.	Crimes qualificados pelo resultado .....	317
14.5.	Questões .....	318
	Gabarito .....	318
15.	ERRO DE TIPO .....	319
15.1.	Introdução .....	319
15.2.	Previsão legal .....	319
15.3.	Erro e ignorância: distinção e tratamento .....	320
15.4.	Conceito .....	320
15.5.	Espécies .....	321
15.6.	Efeitos .....	321
15.7.	Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo .....	322
15.8.	Descriminantes putativas .....	323
15.9.	Erro determinado por terceiro .....	326
15.9.1.	Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas ...	327
15.10.	Erro de tipo acidental .....	327
15.10.1.	Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> .....	328
15.10.2.	Erro sobre o objeto .....	328
15.10.3.	Erro sobre as qualificadoras .....	329
15.10.4.	Erro sobre o nexa causal ou <i>aberratio causae</i> .....	329
15.10.5.	Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	330
15.10.5.1.	Espécies de erro na execução .....	331
15.10.6.	Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i> .....	332
15.10.6.1.	Espécies .....	333
15.11.	Gráfico conclusivo .....	334
15.12.	Questões .....	334
	Gabarito .....	338
16.	<i>ITER CRIMINIS</i> .....	339
16.1.	Conceito .....	339
16.2.	Fase interna: cogitação .....	340
16.3.	Fase externa .....	340
16.3.1.	Preparação .....	340
16.3.2.	Fase externa: execução .....	341
16.3.3.	Transição dos atos preparatórios para os atos executórios .	342

16.3.4. Fase externa: consumação .....	344
16.4. O exaurimento .....	345
16.5. Questão .....	346
Gabarito .....	346
17. TENTATIVA .....	347
17.1. Dispositivo legal .....	347
17.2. Conceito .....	347
17.3. Denominação .....	348
17.4. Elementos .....	348
17.5. Natureza jurídica .....	348
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa .....	349
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal .....	350
17.7.1. Critério para diminuição da pena .....	351
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Crimi- nais .....	352
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar .....	352
17.10. Espécies de tentativa .....	352
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta .....	352
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha .....	353
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho .....	353
17.10.4. Tentativa imperfeita ou inacabada .....	353
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto .....	353
17.12. Tentativa e dolo eventual .....	354
17.13. Inadmissibilidade da tentativa .....	355
17.14. Questões .....	359
Gabarito .....	363
18. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ .....	365
18.1. Dispositivo legal .....	365
18.2. Distinção com a tentativa .....	365
18.3. Fundamento .....	366
18.4. Natureza jurídica .....	366
18.5. Desistência voluntária .....	367
18.6. Arrependimento eficaz .....	368
18.7. Requisitos .....	368
18.8. Motivos .....	369

18.9. Efeito .....	369
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos .....	369
18.11. Adiamento da prática do crime .....	370
18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz .....	370
18.13. Tentativa qualificada .....	371
18.14. Questões .....	372
Gabarito .....	374
19. ARREPENDIMENTO POSTERIOR .....	375
19.1. Conceito .....	375
19.2. Alocação do instituto .....	375
19.3. Natureza jurídica .....	376
19.4. Extensão do benefício .....	376
19.5. Fundamentos .....	377
19.6. Requisitos .....	377
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas .....	379
19.8. Critério para redução da pena .....	379
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa .....	379
19.10. Dispositivos legais especiais acerca da reparação do dano .....	380
19.10.1. Peculato culposo .....	380
19.10.2. Juizados Especiais Criminais .....	380
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária .....	381
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal .....	381
19.11. Questões .....	382
Gabarito .....	383
20. CRIME IMPOSSÍVEL .....	385
20.1. Conceito .....	385
20.2. Natureza jurídica .....	385
20.3. Teorias sobre o crime impossível .....	386
20.4. Espécies de crime impossível .....	388
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta .....	389
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível .....	391
20.7. Crime putativo e crime impossível .....	391
20.7.1. Conceito de crime putativo .....	391

20.7.2. Espécies de crime putativo .....	392
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo .....	395
20.8. Questões .....	396
Gabarito .....	397
<b>21. ILICITUDE .....</b>	<b>399</b>
21.1. Conceito .....	399
21.2. Ilicitude formal e ilicitude material .....	399
21.3. Concepção unitária .....	400
21.4. Terminologia .....	401
21.5. Ilícito e injusto .....	402
21.6. Ilicitude genérica e ilicitude específica .....	402
21.7. Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva .....	403
21.8. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal .....	404
21.9. Causas de exclusão da ilicitude .....	404
21.9.1. Introdução .....	404
21.9.2. Nomenclatura .....	405
21.9.3. Previsão legal .....	405
21.9.4. Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude .....	406
21.9.5. Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais ...	408
21.9.6. Causas supralegais de exclusão da ilicitude .....	408
21.9.6.1. Consentimento do ofendido .....	409
21.9.7. Visão geral .....	413
21.10. Questões .....	414
Gabarito .....	415
<b>22. ESTADO DE NECESSIDADE .....</b>	<b>417</b>
22.1. Dispositivo legal .....	417
22.2. Conceito .....	418
22.3. Natureza jurídica .....	418
22.4. Teorias .....	419
22.5. Requisitos .....	421
22.5.1. Situação de necessidade .....	421
22.5.1.1. Perigo atual .....	421
22.5.1.2. Perigo não provocado voluntariamente pelo agente .....	422
22.5.1.3. Ameaça a direito próprio ou alheio .....	424

22.5.1.4. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo ..	425
22.5.2. Fato necessitado .....	426
22.5.2.1. Inevitabilidade do perigo por outro modo .....	427
22.5.2.2. Proporcionalidade .....	427
22.6. Causa de diminuição da pena .....	427
22.7. Espécies de estado de necessidade .....	428
22.7.1. Quanto ao bem sacrificado .....	428
22.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico preservado .....	428
22.7.3. Quanto à origem da situação de perigo .....	428
22.7.4. Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	429
22.8. Estado de necessidade recíproco .....	429
22.9. Casos específicos de estado de necessidade .....	430
22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade .....	430
22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais .....	431
22.12. Estado de necessidade e erro na execução .....	431
22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas .....	431
22.14. Questões .....	432
Gabarito .....	433
23. LEGÍTIMA DEFESA .....	435
23.1. Fundamento .....	435
23.2. Dispositivo legal .....	436
23.3. Natureza jurídica e conceito .....	436
23.4. Requisitos legais .....	436
23.4.1. Agressão injusta .....	437
23.4.2. Agressão atual ou iminente .....	438
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio .....	439
23.4.4. Reação com os meios necessários .....	440
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários .....	442
23.5. Legítima defesa e vingança .....	442
23.6. Desafio e legítima defesa .....	443
23.7. Espécies de legítima defesa .....	443
23.7.1. Quanto à forma de reação .....	443
23.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido .....	443
23.7.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende .....	444
23.7.4. Legítima defesa da honra .....	444
23.7.5. Legítima defesa presumida .....	445
23.7.6. Legítima defesa sucessiva .....	446

23.8. Legítima defesa contra a multidão .....	446
23.9. Legítima defesa contra pessoa jurídica .....	447
23.10. Legítima defesa nas relações familiares .....	447
23.11. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> .....	448
23.12. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido .....	448
23.13. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa .....	449
23.14. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessi- dade .....	449
23.15. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibi- lidade .....	450
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissi- bilidade .....	451
23.17. Questões .....	452
Gabarito .....	454
24. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL .....	455
24.1. Dispositivo legal .....	455
24.2. Natureza jurídica .....	455
24.3. Conceito .....	455
24.4. Fundamento .....	456
24.5. Dever legal .....	456
24.6. Destinatários da excludente .....	457
24.7. Limites da excludente .....	457
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos .....	458
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude .....	458
24.10. Questões .....	458
Gabarito .....	459
25. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO .....	461
25.1. Dispositivo legal .....	461
25.2. Natureza jurídica .....	461
25.3. Conceito .....	461
25.4. Limites da excludente .....	462
25.5. Costumes .....	463
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito .....	464
25.7. Lesões em atividades esportivas .....	464
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas .....	465

25.9. Ofendículas .....	466
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade .....	467
25.11. Exercício regular do direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas .....	467
15.12. Questões .....	468
Gabarito .....	468
<b>26. EXCESSO .....</b>	<b>469</b>
26.1. Introdução .....	469
26.2. Dispositivo legal e alcance .....	469
26.3. Conceito .....	470
26.4. Espécies .....	471
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante .....	471
26.4.2. Intensivo e extensivo .....	472
26.5. Legítima defesa e excesso .....	473
26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso .....	473
26.7. Questões .....	475
Gabarito .....	475
<b>27. CULPABILIDADE .....</b>	<b>477</b>
27.1. Introdução .....	477
27.2. Conceito .....	478
27.3. Culpabilidade pelo fato .....	478
27.4. Fundamento da culpabilidade .....	479
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade .....	479
27.5.1. Teoria psicológica .....	479
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa .....	481
27.5.3. Teoria normativa pura, extrema ou estrita .....	482
27.5.4. Teoria limitada .....	483
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal .....	484
27.7. Teoria funcional da culpabilidade .....	485
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade .....	485
27.9. Co-culpabilidade .....	486
27.10. Culpabilidade formal e culpabilidade material .....	487
27.11. Graus de culpabilidade .....	487
27.12. Dirimentes .....	487
27.13. Questões .....	488

Gabarito .....	490
28. IMPUTABILIDADE PENAL .....	491
28.1. Introdução .....	491
28.2. Conceito .....	492
28.3. Momento para constatação da imputabilidade .....	492
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade .....	493
28.5. Causas de inimputabilidade .....	494
28.6. Menoridade .....	494
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil .....	495
28.6.2. Redução da maioridade penal .....	495
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal .....	495
28.6.4. Menoridade penal e crimes militares .....	496
28.7. Inimputabilidade por doença mental .....	496
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez .....	496
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto .....	497
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado .....	497
28.10. A perícia médica .....	498
28.11. Efeitos da inimputabilidade .....	499
28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita .....	500
28.12.1. Dispositivo legal .....	500
28.12.2. Nomenclatura .....	500
28.12.3. Conceito .....	501
28.12.4. Sistema adotado .....	501
28.12.5. Natureza jurídica .....	501
28.12.6. Efeitos .....	502
28.13. Emoção e paixão .....	503
28.13.1. Apontamento histórico .....	503
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal .....	503
28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções .....	503
28.13.4. Efeitos .....	504
28.13.5. Emoção e paixão patológicas .....	505
28.13.6. Espécies .....	505
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal .....	505
28.13.8. A questão do homicídio passional .....	506
28.14. Embriaguez .....	507
28.14.1. Conceito .....	507

28.14.2. Denominação .....	507
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crônico .....	508
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez .....	508
28.14.5. Espécies de embriaguez .....	509
28.14.5.1. Quanto à intensidade .....	509
28.14.5.2. Quanto à origem .....	509
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança .....	510
28.14.7. Prova da embriaguez .....	510
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro .....	511
28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	513
28.15. Questões .....	517
Gabarito .....	519
<b>29. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE .....</b>	<b>521</b>
29.1. Introdução .....	521
29.2. Evolução .....	521
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude .....	522
29.4. Exclusão .....	523
29.4.1. Erro de proibição .....	523
29.4.1.1. Introdução .....	523
29.4.1.2. Desconhecimento da lei ( <i>ignorantia legis</i> ) .....	524
29.4.1.3. Conceito de erro de proibição .....	525
29.4.1.4. Efeitos: escusável e inescusável .....	525
29.4.1.5. Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição .....	527
29.4.1.6. Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental .....	528
29.4.1.7. Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição .....	528
29.4.1.8. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição .....	529
29.4.1.9. O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato .....	530
29.5. Questões .....	530
Gabarito .....	531

30	EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA .....	533
30.1.	Conceito .....	533
30.2.	Causas supralegais de exclusão da culpabilidade .....	534
30.2.1.	Origem histórica .....	534
30.2.2.	Situação atual: admissibilidade e fundamentos .....	535
30.3.	Coação moral irresistível .....	536
30.3.1.	Dispositivo legal e incidência .....	536
30.3.2.	Fundamento .....	537
30.3.3.	Requisitos .....	537
30.3.4.	Efeitos .....	538
30.3.5.	Temor reverencial .....	539
30.4.	Obediência hierárquica .....	539
30.4.1.	Dispositivo legal .....	539
30.4.2.	Conceito .....	540
30.4.3.	Fundamentos .....	540
30.4.4.	Requisitos .....	540
30.4.5.	Efeitos .....	541
30.5.	Questões .....	542
	Gabarito .....	543
31.	CONCURSO DE PESSOAS .....	545
31.1.	Tratamento legislativo .....	545
31.2.	Denominação .....	545
31.3.	Conceito .....	546
31.4.	Requisitos .....	546
31.4.1.	Pluralidade de agentes culpáveis .....	546
31.4.2.	Relevância causal das condutas para a produção do resultado .....	548
31.4.3.	Vínculo subjetivo .....	549
31.4.4.	Unidade de infração penal para todos os agentes .....	550
31.4.5.	Existência de fato punível .....	551
31.5.	Autoria .....	552
31.5.1.	Teorias .....	552
31.5.2.	Teoria adotada pelo Código Penal .....	555
31.6.	Punibilidade no concurso de pessoas .....	555
31.7.	Cooperação dolosamente distinta .....	556
31.8.	Modalidades de concurso de pessoas: co-autoria e participação .....	558
31.8.1.	Co-autoria .....	558

31.8.1.1. Co-autoria, crimes próprios e crimes de mão própria .....	558
31.8.1.2. O executor de reserva .....	559
31.8.1.3. Co-autoria sucessiva .....	559
31.8.1.4. Co-autoria em crimes omissivos .....	560
31.8.1.5. A autoria mediata .....	561
31.8.1.6. Autoria por determinação .....	564
31.8.1.7. Autoria de escritório .....	565
31.8.2. Participação .....	566
31.8.2.1. Espécies .....	566
31.8.2.2. Punição do partícipe: teorias da acessoriedade .....	569
31.8.2.3. Participação de menor importância .....	571
31.8.2.4. Participação impunível .....	573
31.8.2.5. Participação por omissão .....	574
31.8.2.6. Conivência .....	574
31.8.2.7. Participação sucessiva .....	575
31.8.2.8. Participação em cadeia ou participação da participação .....	575
31.8.2.9. Participação em ação alheia .....	575
31.9. Circunstâncias incomunicáveis: o art. 30 do Código Penal .....	576
31.9.1. Distinção entre elementares e circunstâncias .....	576
31.9.2. Espécies de elementares e de circunstâncias .....	577
31.9.3. Condições de caráter pessoal .....	577
31.9.4. As regras do art. 30 do Código Penal .....	578
31.9.5. Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio .....	579
31.10. O excesso no mandato criminal .....	580
31.11. Questões diversas .....	581
31.11.1. Autoria colateral .....	581
31.11.2. Autoria incerta .....	581
31.11.3. Autoria desconhecida .....	583
31.12. Concurso de pessoas e crimes multitudinários .....	583
31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos .....	585
31.13.1. Co-autoria e crimes culposos .....	586
31.13.2. Participação e crimes culposos .....	586
31.14. Questões .....	587
Gabarito .....	592

**Parte III**  
**TEORIA GERAL DA PENA**

32. PENA: ASPECTOS GERAIS .....	593
32.1. Sanção penal .....	593
32.2. Conceito .....	594
32.3. Princípios .....	594
32.4. Teorias e finalidades .....	597
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva .....	597
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas .....	598
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção .....	600
32.5. Função social da pena .....	602
32.6. Fundamentos da pena .....	602
32.7. Cominação das penas .....	603
32.8. Classificação das penas .....	604
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena .....	604
32.8.2. Quanto ao critério constitucional .....	605
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal .....	606
32.9. Abolicionismo penal .....	606
32.10. Justiça restaurativa .....	608
32.11. Questão .....	611
Gabarito .....	611
33. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....	613
33.1. Conceito .....	614
33.2. Espécies .....	614
33.3. Regimes penitenciários .....	614
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade .....	614
33.5. Competência para execução da pena privativa de liberdade .....	615
33.6. Jurisdicionalização da execução penal .....	615
33.7. Pena de reclusão .....	616
33.8. Pena de detenção .....	618
33.9. Pena de prisão simples .....	618
33.10. Diferenças entre reclusão e detenção .....	619

33.11. Pena privativa de liberdade aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso .....	620
33.12. Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória .....	621
33.13. Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves .....	621
33.14. Progressão de regimes .....	621
33.14.1. Proibição da progressão “por saltos” .....	624
33.14.2. Progressão e crimes contra a Administração Pública ...	624
33.14.3. Progressão e crimes hediondos ou equiparados .....	624
33.14.4. Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo e crime comum .....	628
33.14.5. Progressão e nova condenação .....	629
33.14.6. Processamento do pedido de progressão .....	629
33.14.7. Progressão e prisão especial .....	632
33.14.8. Progressão e prática de falta grave .....	632
33.14.9. Progressão e <i>habeas corpus</i> .....	633
33.14.10. Progressão e vinculação com o crime organizado .....	633
33.15. Regressão .....	633
33.15.1. Regressão “por saltos” .....	635
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória .....	636
33.15.3. Regressão cautelar .....	636
33.16. Execução provisória .....	637
33.16.1. Execução provisória e réu em liberdade .....	640
33.16.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos ...	640
33.16.3. Execução provisória e prisão especial .....	640
33.17. Autorizações de saída .....	641
33.17.1. Permissão de saída .....	641
33.17.2. Saída temporária .....	641
33.18. Regras do regime fechado .....	643
33.18.1. Local de cumprimento da pena .....	644
33.18.2. Regime disciplinar diferenciado (RDD) .....	645
33.19. Regras do regime semi-aberto .....	649
33.19.1. Falta de vagas no regime semi-aberto .....	649
33.20. Regras do regime aberto .....	650
33.20.1. Legislação local .....	651
33.20.2. Prisão albergue domiciliar .....	651
33.20.3. Regime aberto e ausência de Casa do Albergado .....	652
33.20.4. Regime aberto e crimes militares .....	653

33.21. Regime especial .....	654
33.22. Direitos do preso .....	654
33.22.1. A questão da visita íntima .....	655
33.22.2. Limitação ao uso de algemas .....	655
33.23. Trabalho do preso .....	657
33.24. Legislação especial .....	657
33.25. Remição .....	657
33.25.1. Prática de falta grave e perda dos dias remidos .....	659
33.25.1.1. Perda dos dias remidos e proporcionalidade ..	660
33.25.2. Ausência de trabalho por inexistência de condições no estabelecimento prisional .....	661
33.25.3. Estudo e remição .....	662
33.26. Detração penal .....	662
33.26.1. Competência para aplicação da detração penal .....	663
33.26.2. Detração penal e penas restritivas de direitos .....	663
33.26.3. Detração penal e pena de multa .....	663
33.26.4. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade ( <i>sursis</i> ) .....	664
33.26.5. Detração penal e prescrição .....	664
33.26.6. Detração penal e regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade .....	665
33.26.7. Detração penal e prisão provisória em outro processo ..	665
33.27. Questões .....	666
Gabarito .....	669
<b>34. DA APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>671</b>
34.1. Conceito .....	671
34.2. Pressuposto .....	672
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena .....	672
34.4. Elementares e circunstâncias .....	674
34.4.1. Classificação das circunstâncias .....	674
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena .....	675
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras .....	676
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena .....	676
34.8. O critério trifásico .....	677
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena-base ...	679
34.9.1. Culpabilidade .....	682
34.9.2. Antecedentes .....	683

34.9.3. Conduta social .....	684
34.9.4. Personalidade do agente .....	684
34.9.5. Motivos do crime .....	685
34.9.6. Circunstâncias do crime .....	685
34.9.7. Conseqüências do crime .....	686
34.9.8. Comportamento da vítima .....	686
34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: agravantes e atenuantes genéricas .....	686
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP) .....	689
34.10.1.1. Introdução .....	689
34.10.1.2. Conceito .....	690
34.10.1.3. Requisitos .....	691
34.10.1.4. Natureza jurídica .....	694
34.10.1.5. Prova da reincidência .....	694
34.10.1.6. Espécies .....	694
34.10.1.7. Validade da condenação anterior para fins de reincidência .....	696
34.10.1.8. Extinção da punibilidade do crime anterior .....	697
34.10.1.9. Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário .....	697
34.10.1.10. Efeitos da reincidência .....	698
34.10.1.11. Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência .....	699
34.10.1.12. Reincidência e maus antecedentes .....	700
34.10.2. Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP) .....	701
34.10.2.1. Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”) .....	701
34.10.2.2. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”) .....	702
34.10.2.3. À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”) .....	702
34.10.2.4. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”) .....	703
34.10.2.5. Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”) .....	704
34.10.2.6. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”) .....	704

34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”) .....	705
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”) ....	706
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”) .....	707
34.10.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”) .....	708
34.10.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (alínea “j”) .....	708
34.10.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP) ....	708
34.10.3.1.	Promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I) .....	709
34.10.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II) .....	710
34.10.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III) .....	710
34.10.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) .....	711
34.10.4.	Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP) .....	711
34.10.4.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I) .....	711
34.10.4.2.	O desconhecimento da lei (inciso II) .....	712
34.10.4.3.	Ter o agente (inciso III) .....	713
34.10.4.4.	Atenuantes inominadas (art. 66 do CP) .....	718
34.10.5.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas .....	718
34.11.	A terceira fase da dosimetria da pena: causas de aumento (majorantes) e de diminuição (minorantes) da pena .....	719
34.12.	Questões .....	722
	Gabarito .....	729
35.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....	731
35.1.	Conceito .....	731
35.2.	Espécies .....	732
35.3.	Natureza jurídica .....	732

35.4.	Duração das penas restritivas de direitos .....	734
35.5.	Requisitos .....	734
35.5.1.	Requisitos objetivos .....	734
35.5.2.	Requisitos subjetivos .....	737
35.6.	Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos .	739
35.7.	Violência doméstica ou familiar contra a mulher e pena restritiva de direitos .....	740
35.8.	Penas restritivas de direitos e crimes militares .....	740
35.9.	Momento da substituição .....	740
35.10.	Regras da substituição .....	741
35.11.	Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	742
35.11.1.	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva .....	743
35.12.	Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	744
35.13.	Início da execução das penas restritivas de direitos .....	744
35.14.	Penas restritivas de direitos em espécie .....	745
35.14.1.	Classificação .....	745
35.14.2.	Prestação pecuniária .....	745
35.14.2.1.	Prestação pecuniária e pena de multa: distinções .....	748
35.14.3.	Perda de bens e valores .....	748
35.14.3.1.	Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções .....	749
35.14.4.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	750
35.14.4.1.	Execução da prestação de serviços à comunidade .....	752
35.14.4.2.	Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados .....	752
35.14.4.3.	Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais .....	752
35.14.4.4.	Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade .....	753
35.14.5.	Interdição temporária de direitos .....	753
35.14.5.1.	Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo .....	754
35.14.5.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação	

	especial, de licença ou autorização do poder público .....	755
	35.14.5.3. Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo .....	755
	35.14.5.4. Proibição de freqüentar determinados lugares .....	756
	35.14.6. Limitação de fim de semana .....	757
	35.15. Questões .....	758
	Gabarito .....	762
36.	PENA DE MULTA .....	763
	36.1. Conceito .....	763
	36.2. Fundo Penitenciário .....	763
	36.3. Critério adotado para a pena de multa .....	764
	36.4. Aplicação da pena de multa .....	765
	36.5. Valor ineficaz da pena de multa .....	766
	36.6. Multa excessiva .....	766
	36.7. Multa irrisória .....	767
	36.8. Pagamento voluntário da multa .....	767
	36.9. Execução da pena de multa .....	768
	36.10. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa .....	770
	36.11. Pena de multa e <i>habeas corpus</i> .....	771
	36.12. Multa e correção monetária .....	771
	36.13. Suspensão da execução da multa .....	771
	36.14. Multa substitutiva .....	771
	36.15. Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça .....	772
	36.16. Pena de multa na Lei de Drogas .....	772
	36.17. Questões .....	774
	Gabarito .....	775
37.	CONCURSO DE CRIMES .....	777
	37.1. Conceito .....	777
	37.2. Espécies .....	778
	37.3. Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes .....	778
	37.3.1. Sistema do cúmulo material .....	778
	37.3.2. Sistema da exasperação .....	778
	37.3.3. Sistema da absorção .....	778

37.4.	Concurso material .....	779
37.4.1.	Conceito e dispositivo legal .....	779
37.4.2.	Espécies .....	780
37.4.3.	Momento adequado para soma das penas .....	780
37.4.4.	Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção .	780
37.4.5.	Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos .....	781
37.4.6.	Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos .....	781
37.4.7.	Concurso material de crimes e concessão de fiança .....	781
37.4.8.	Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995) .....	781
37.5.	Concurso formal .....	782
37.5.1.	Conceito e dispositivo legal .....	782
37.5.2.	Espécies .....	782
37.5.2.1.	Homogêneo e heterogêneo .....	782
37.5.2.2.	Perfeito e imperfeito .....	783
37.5.3.	Aplicação da pena no concurso formal .....	783
37.5.4.	Concurso material benéfico .....	785
37.5.5.	Teorias sobre o concurso formal .....	786
37.6.	Crime continuado .....	786
37.6.1.	Conceito e dispositivo legal .....	786
37.6.2.	Origem histórica .....	787
37.6.3.	Natureza jurídica .....	788
37.6.4.	Requisitos do crime continuado .....	788
37.6.4.1.	Pluralidade de condutas .....	789
37.6.4.2.	Pluralidade de crimes da mesma espécie .....	789
37.6.4.3.	Conexão temporal .....	790
37.6.4.4.	Conexão espacial .....	791
37.6.4.5.	Conexão modal .....	791
37.6.4.6.	Conexão ocasional .....	791
37.6.4.7.	Crime continuado e unidade de desígnio .....	792
37.6.5.	Espécies de crime continuado e dosimetria da pena .....	793
37.6.6.	Concurso material benéfico .....	795
37.6.7.	Crime continuado e conflito de leis no tempo .....	795
37.6.8.	Crime continuado e prescrição .....	796
37.6.9.	Crime continuado e suspensão condicional do processo	796
37.6.10.	Crime continuado e crime habitual: diferenças .....	797
37.7.	Multa no concurso de crimes .....	798

37.8.	Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes .....	799
37.8.1.	Concurso de crimes moderado ou limitado .....	799
37.8.2.	Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos .....	799
37.8.3.	Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais .....	800
37.8.4.	Concurso entre crimes e contravenções penais .....	800
37.9.	Questões .....	800
	Gabarito .....	806
38.	LIMITE DAS PENAS .....	807
38.1.	Introdução .....	807
38.2.	Fundamentos .....	807
38.3.	Unificação de penas .....	808
38.4.	Competência para unificação das penas .....	809
38.5.	Nova condenação e unificação das penas .....	809
38.6.	Limite das penas e art. 9.º da Lei dos Crimes Hediondos .....	810
38.7.	Fuga do réu e cumprimento da pena unificada .....	811
39.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....	813
39.1.	Origem histórica .....	813
39.2.	Sistemas .....	814
39.3.	Conceito .....	815
39.4.	Natureza jurídica .....	815
39.5.	Requisitos .....	815
39.5.1.	Requisitos objetivos .....	816
39.5.2.	Requisitos subjetivos .....	817
39.6.	Momento adequado para concessão do <i>sursis</i> .....	818
39.7.	Espécies de <i>sursis</i> .....	819
39.8.	Condições .....	819
39.9.	<i>Sursis</i> incondicionado .....	820
39.10.	Período de prova .....	821
39.11.	Fiscalização das condições impostas durante o período de prova ..	822
39.12.	Revogação .....	822
39.12.1.	Revogação obrigatória .....	822
39.12.2.	Revogação facultativa .....	824
39.12.3.	Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional .....	825
39.13.	Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado .....	826

39.14. Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecorrível por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova .....	826
39.15. Cassação do <i>sursis</i> .....	827
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos .....	827
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos .....	828
39.18. Prorrogação do período de prova .....	828
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício .....	829
39.20. Extinção da pena .....	830
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados .....	830
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiros que estejam no Brasil em caráter temporário .....	831
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos .....	831
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	832
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal .....	832
39.26. <i>Sursis</i> e indulto .....	832
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário .....	833
39.28. Questões .....	833
Gabarito .....	835
40. LIVRAMENTO CONDICIONAL .....	837
40.1. Evolução histórica .....	837
40.2. Conceito .....	837
40.3. Natureza jurídica .....	838
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i> .....	839
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional ....	840
40.6. Egresso .....	841
40.7. Requisitos .....	841
40.7.1. Requisitos objetivos .....	841
40.7.2. Requisitos subjetivos .....	844
40.8. Rito do livramento condicional .....	847
40.9. Condições .....	849
40.10. Revogação do livramento condicional .....	850
40.10.1. Revogação obrigatória .....	851
40.10.1.1. Inciso I .....	851
40.10.1.2. Inciso II .....	852
40.10.2. Revogação facultativa .....	853

40.11. Suspensão do livramento condicional .....	855
40.12. Prorrogação do período de prova .....	856
40.13. Extinção da pena .....	858
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional .....	859
40.14.1. Livramento condicional insubsistente .....	859
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	859
40.14.3. Livramento condicional humanitário .....	859
40.14.4. Livramento condicional cautelar .....	859
40.14.5. Livramento condicional para estrangeiros que estejam no Brasil em caráter temporário.....	860
40.15. Questões .....	861
Gabarito .....	861
41. EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....	863
41.1. Introdução .....	863
41.2. Pressuposto .....	863
41.3. Divisão dos efeitos da condenação .....	864
41.3.1. Efeitos principais .....	864
41.3.2. Efeitos secundários .....	864
41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal .....	865
41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal pre- vistas pelo Código Penal .....	865
41.4. Efeitos da condenação previstos fora do Código Penal .....	874
41.4.1. Suspensão dos direitos políticos .....	874
41.4.2. Perda do mandato do Deputado Federal ou Senador .....	875
41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho .....	875
41.4.4. Lei de Licitações .....	875
41.4.5. Lei de Falências .....	876
41.4.6. Lei de Tortura .....	876
41.4.7. Lei de Drogas .....	876
41.4.8. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor .....	877
41.5. Quadro esquemático .....	877
41.6. Questões .....	878
Gabarito .....	878
42. REABILITAÇÃO .....	879
42.1. Conceito .....	879
42.2. Origem histórica .....	880
42.3. Natureza jurídica .....	880

42.4.	Modalidades de reabilitação no Código Penal .....	880
42.4.1.	Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final .....	880
42.4.2.	Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único .....	881
42.4.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	882
42.4.2.2.	Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela .....	882
42.4.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo .....	883
42.5.	Reabilitação e reincidência .....	883
42.6.	Pressuposto e requisitos da reabilitação .....	883
42.6.1.	Pressuposto .....	883
42.6.2.	Requisitos .....	884
42.6.2.1.	Requisitos objetivos .....	884
42.6.2.2.	Requisitos subjetivos .....	885
42.7.	Pedido de reabilitação .....	886
42.8.	Revogação da reabilitação .....	887
42.9.	Reabilitação e <i>habeas corpus</i> .....	887
42.10.	Questões .....	888
	Gabarito .....	888
43.	MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	889
43.1.	Conceito .....	889
43.2.	Distinções entre pena e medida de segurança .....	890
43.3.	Princípios das medidas de segurança .....	891
43.3.1.	Legalidade .....	891
43.3.2.	Anterioridade .....	891
43.3.3.	Jurisdicionalidade .....	891
43.4.	Requisitos para aplicação .....	891
43.5.	Conceito de periculosidade .....	892
43.6.	Espécies de periculosidade .....	893
43.7.	Aplicação da medida de segurança .....	893
43.8.	Espécies de medidas de segurança .....	894
43.9.	Prazo mínimo da medida de segurança .....	896
43.10.	Prazo máximo da medida de segurança .....	896
43.11.	Execução das medidas de segurança .....	898
43.12.	Medida de segurança provisória ou preventiva .....	900
43.13.	Conversão do tratamento ambulatorial para internação .....	900
43.14.	Desinternação progressiva .....	900
43.15.	Conversão da pena em medida de segurança .....	901

43.16. Direitos do internado .....	903
43.17. Medidas de segurança na Lei de Drogas .....	904
43.18. Adolescente infrator e medidas de segurança .....	904
43.19. Questões .....	904
Gabarito .....	907
<b>44. AÇÃO PENAL .....</b>	<b>909</b>
44.1. Introdução .....	909
44.2. Conceito .....	909
44.3. Características .....	910
44.4. Classificação da ação penal .....	910
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada .....	910
44.4.2. Divisão subjetiva .....	911
44.5. Condições da ação penal .....	911
44.5.1. Condições genéricas .....	911
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	911
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir .....	912
44.5.1.3. Interesse processual .....	913
44.5.1.4. Justa causa .....	913
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade .	914
44.6. Ação penal pública .....	915
44.6.1. Princípios relativos à ação penal .....	916
44.6.2. Ação penal pública incondicionada .....	917
44.6.3. Ação penal pública condicionada .....	918
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica .....	918
44.6.3.2. Representação do ofendido .....	919
44.7. Ação penal privada .....	925
44.7.1. Prazo .....	925
44.7.2. Princípios .....	925
44.7.3. Espécies .....	927
44.7.3.1. Ação exclusivamente privada ou ação privada propriamente dita .....	927
44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima .....	927
44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública .....	928
44.7.3.4. Ação penal privada concorrente .....	928
44.8. Ação penal nos crimes complexos .....	929
44.9. Ação penal nos crimes contra os costumes .....	930

44.10. Ação penal e crime de lesões corporais praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher .....	931
44.11. Questões .....	932
Gabarito .....	932
45. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	933
45.1. Introdução .....	933
45.2. O art. 107 do Código Penal .....	934
45.3. Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação .....	935
45.4. Efeitos .....	935
45.5. Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos .....	936
45.6. Análise do art. 107 do Código Penal .....	937
45.6.1. Morte do agente (inciso I) .....	937
45.6.2. Anistia, graça e indulto (inciso II) .....	939
45.6.2.1. Anistia .....	939
45.6.2.2. Graça .....	941
45.6.2.3. Indulto .....	942
45.6.3. <i>Abolitio criminis</i> (inciso III) .....	945
45.6.4. Prescrição, decadência e preempção (inciso IV) .....	945
45.6.4.1. Prescrição .....	945
45.6.4.2. Decadência .....	946
45.6.4.3. Preempção .....	947
45.6.5. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V) .....	950
45.6.5.1. Renúncia ao direito de queixa .....	950
45.6.5.2. Perdão aceito .....	951
45.6.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI) .....	952
45.6.7. Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....	954
45.6.8. Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....	955
45.6.9. Perdão judicial (inciso IX) .....	955
45.6.9.1. Introdução .....	955
45.6.9.2. Natureza jurídica .....	957
45.6.9.3. Aplicabilidade .....	957
45.6.9.4. Incomunicabilidade .....	958
45.6.9.5. Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .....	958
45.6.9.6. Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias .....	960

45.6.9.7. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .....	961
45.7. Questões .....	961
Gabarito .....	965
46. PRESCRIÇÃO .....	967
46.1. Introdução.....	967
46.2. Origem histórica .....	968
46.3. Conceito .....	969
46.4. Fundamentos .....	969
46.5. Natureza jurídica.....	970
46.6. Alocação.....	971
46.7. Imprescritibilidade penal .....	971
46.8. Diferenças entre prescrição e decadência.....	973
46.9. Espécies de prescrição.....	974
46.9.1. Introdução.....	974
46.9.2. Efeitos da prescrição e competência para sua declaração	975
46.10. Prescrição da pena privativa de liberdade.....	976
46.10.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....	976
46.10.1.1 Dispositivo legal .....	976
46.10.1.2. Fundamento .....	977
46.10.1.3. Cálculo.....	977
46.10.1.4. Termo inicial .....	982
46.10.1.5. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências.....	984
46.10.1.6. Causas interruptivas .....	985
46.10.1.7. Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva .....	988
46.10.1.8. Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares.....	990
46.10.1.9. Causas impeditivas.....	990
46.10.1.10. Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas pelo Código Penal.....	992
46.10.1.11. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal .....	992
46.10.2. Prescrição superveniente, intercorrente ou subseqüente .	994
46.10.2.1. Conceito.....	994
46.10.2.2. Cálculo.....	994
46.10.2.3. Termo inicial .....	995

46.10.2.4. Motivos para sua ocorrência.....	995
46.10.2.5. Momento adequado para o seu reconhecimento.....	996
46.10.2.6. Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação.....	996
46.10.3. Prescrição retroativa.....	997
46.10.3.1. Origem.....	997
46.10.3.2. Cálculo.....	997
46.10.3.3. Termo inicial.....	999
46.10.3.4. Momento adequado para o seu reconhecimento.....	1000
46.10.4. Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação.....	1000
46.10.4.1. Conceito.....	1000
46.10.4.2. Forma de contagem.....	1000
46.10.4.3. Termo inicial.....	1001
46.10.4.4. Causas interruptivas.....	1003
46.10.4.5. Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	1004
46.10.4.6. Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória.....	1004
46.10.4.7. Prescrição da pretensão executória e indulto.....	1005
46.10.5. Prescrição virtual, projetada, antecipada ou retroativa em perspectiva.....	1005
46.11. Prescrição das penas restritivas de direitos.....	1008
46.12. Prescrição e detração penal.....	1008
46.13. Prescrição das medidas de segurança.....	1009
46.14. Prescrição e absorção de penas.....	1010
46.15. Prescrição no concurso de crimes.....	1011
46.16. Prescrição da pena de multa.....	1012
46.17. Prescrição na legislação penal especial.....	1014
46.17.1. Lei de Imprensa – Lei 5.250/1967.....	1014
46.17.2. Lei de Drogas – Lei 11.343/2006.....	1014
46.17.3. Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....	1015
46.17.4. Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1015
46.18. Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar.....	1016
46.19. Questões.....	1016
Gabarito.....	1023
BIBLIOGRAFIA.....	1025